

ANÁLISE DO SETOR INFORMAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS-TO:

Processo de sustentabilidade socioeconômica das atividades informais

Nilton Marques de Oliveira¹Fernando Jorge Fonseca Neves²Cleidimar Contijo dos Santos³**Resumo**

Neste artigo discutiu-se a importância da atividade informal de Paraíso – TO, enquanto provedor das condições de subsistência dos que nele se encontram inserido. Para tanto, buscou-se estudar o processo econômico informal de Paraíso – TO; discutindo teoricamente os fatores do desenvolvimento sustentável desse setor. Foi realizado levantamento acerca das condições de subsistência específica desses trabalhadores e finalmente, pôde-se discutir a importância do processo informal no provimento das condições de subsistência dos trabalhadores. A partir da discussão de resultados, foi possível perceber que, em geral, as condições de subsistência demonstraram ser favoráveis, ainda que tenham apresentado uma baixa capacidade de organização de classe, na qual demonstrou que a capacidade se torna mais potencializada à medida que forem mais diversificadas as fontes de renda desses trabalhadores.

Palavras chaves: Trabalho Informal, Desemprego, Baixa Margem de Comercialização

ANALYSIS OF THE INFORMAL SECTOR OF PARAÍSO TOCANTINS -TO:

Process of socioeconomic sustainability of informal activities

Abstract

This article discusses the importance of informal activity in Paraíso - TO, as a provider of livelihoods for those who are in this. For this, we try to explore the informal economic process in Paraíso - TO; theoretically discussing the factors of sustainable development of this sector. Data about the specific livelihoods of these workers were raised, and finally, it is discussed about the importance of the informal process in

¹Economista. Professor Curso de Ciências Econômicas – UFT/TO. MSc. Economia (UFV/MG). E-mail: niltonmarques@uft.edu.br.

²Economista. Professor do Curso de Ciências Econômicas – UFT/TO. MSc. Economia (UEPB/PB). E-mail: fejofone@hotmail.com.

³Economista. Servidor da UFT/TO. E-mail: cledimargontijo@hotmail.com.

providing livelihood for workers. With the discussion of this results can be noticed that in general, livelihoods have proved to be favorable, even though they have presented a low power class organization, in which it demonstrated that the more diversified the income sources of these workers, the more potentiated the ability becomes.

Key words: Informal Work, Unemployment, Low Margin Trading

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a economia mundial enfrenta grandes transformações em nível de mercado de trabalho. O crescimento da população economicamente ativa o que representa um aumento da oferta de mão-de-obra, em conjunto com as diversas tecnologias emergentes impacta o cenário econômico no âmbito das condições do mercado de trabalho, especialmente na ausência de mecanismos de ajustamento do lado da demanda de trabalho.

Pesquisas recentes mostram um importante aumento da proporção do setor informal sobre o setor formal. Isso ocorre, também, nos principais centros urbanos do Estado tocaninense. Por isso este trabalho visa o estudo do Setor Econômico Informal da cidade de Paraíso do Tocantins, importante centro urbano Tocantinense, buscando apreender informações que permitam a sua caracterização, incluindo principalmente sua capacidade em propiciar meios de subsistência aos trabalhadores.

Apesar do crescimento observado no setor informal, não existem teorias que buscam, especificamente, explicar o fenômeno, como também não existe uma definição padrão para o mercado informal. O que se constata é que a maior parte das teorias sobre o mercado de trabalho considera o mercado informal, como aquele produzido pela incapacidade do setor formal, caracterizado pelas formas de empregos mais estáveis e remunerados, de absorver a população economicamente ativa emergente, ou aquele que, simplesmente se apresenta como alternativa aos empregos formais.

Uma vez que não existem estudos a respeito, espera-se que este trabalho subsidie, a partir da construção de conhecimentos sobre o setor informal de Paraíso do Tocantins, a promoção de políticas públicas de desenvolvimento, geração de renda e emprego.

Apesar de a cidade possuir, em seu histórico, uma economia agropecuária relativamente importante e um setor comercial em franco crescimento, é visível o

aumento do setor informal que, conseqüentemente, passa a absorver uma quantidade importante da renda gerada. A reduzida capacidade de empregabilidade do setor formal local e a qualidade de alguns empregos favorecem o crescimento da informalidade, a qual aparece como alternativa à subsistência dos trabalhadores. Por isso, a questão a responder neste trabalho é: até que ponto o setor informal de Paraíso do Tocantins tem correspondido aos anseios da classe trabalhadora no que diz respeito a condições salariais que permitam qualidade de vida digna.

Em síntese este trabalho objetiva estudar a importância da atividade informal de Paraíso do Tocantins enquanto provedor das condições de sobrevivência dos trabalhadores, bem como estudar o processo econômico do município e discutir teoricamente os fatores do desenvolvimento em setores localizados.

2. A CONCEPÇÃO DO MERCADO INFORMAL

Apesar de ainda existir na literatura uma grande dificuldade de definir o conceito de mercado informal, a primeira concepção importante de “economia informal” teve início em meados de 1970 em uma investigação econômica realizada no Quênia pelo inglês Keith Hart, a trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho), usada no início para designar um tipo de atividade pobre de trabalho (Perone, 2002). A intenção inicial de Hart fora estudar a realidade de um país de terceiro mundo, no qual se dividiam as atividades de trabalho em dois grupos: **o setor formal**, que operava sob atividades com barreiras a entradas, mercados amplos e tarifado, além de possuir grande escala de produção, tecnologia e mão-de-obra qualificada, o outro setor denominado de “**informal**”, que ao contrário do formal, se constituía de mercados competitivos e não regulados, com inexistência de barreiras a entradas no mercado, sem tarifas, pequena escala de produção e propriedades individuais.

Autores como Smith (1994) definem a economia informal como sendo um setor de produção de bens e serviços baseados no mercado, legal ou ilegal, que escapa da detecção das estimativas oficiais do Produto Interno Bruto. Porém Feige (1994) define como sendo “*toda atividade que contribui para o cálculo oficial ou observado do Produto Interno Bruto, mas não são correntemente registradas*”. Já Soto (2001) afirma que é o composto pelo conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação. Tanzi

(1983) preocupa-se, basicamente, em capturar as distorções ocorridas nas estatísticas oficiais devido à evasão fiscal ou às informações incompletas sobre a renda dos agentes (BUGARIN, et al., 2000).

De acordo com Tanzi (1983), os termos “setor informal” e “economia informal” são mais associados a aspectos de legalidade (*undeclared labour*). Por exemplo, trabalhadores exercendo atividades sem estabelecimento fixo não são considerados informais, pois são obrigados a declarar a situação para alguma esfera do governo. No Brasil, ao contrário, mesmo os vendedores ambulantes que possuem licença para o exercício daquela atividade são considerados informais. Ser informal nos países desenvolvidos está mais relacionado à ideia de se beneficiar pelo não pagamento de impostos.

A diferença de tratamento na legislação dos países desenvolvidos relativamente ao entendimento da informalidade no Brasil acaba, de modo geral, levando a uma aplicação dos termos de forma distinta. Por uma questão de nomenclatura, este estudo, em referência aos países desenvolvidos, interpreta o conjunto dos trabalhadores auto-empregados como formadores da “economia (ou setor) informal”. (SOTO, 2001.)

A questão da legalidade é outro aspecto que deve ser considerado. No entanto, não pode ser, também, o único critério para definir informalidade. A posse ou não de carteira de trabalho assinada excluiria os trabalhadores autônomos da informalidade, uma vez que estes não possuem vínculos empregatícios (HIRATA, 2007).

Segundo PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe), o Setor Informal agrupa todas as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes (exceção feita aos profissionais liberais) e empresas muito pequenas ou não organizadas. A demanda de mão-de-obra não obedece a uma definição técnica de postos de trabalho disponíveis (Cacciamalli, 1983).

Segundo Cacciamali (1983) para facilitar o entendimento do conceito *informal*, considera-se duas formas. A primeira define como informal aqueles trabalhadores sem contrato de trabalho e estando fora da legislação trabalhista. A segunda designa o setor informal por resíduo do setor formal, onde se considera informal tudo que não se enquadra na economia formal.

Complementando a definição de informalidade proposta pelo IBGE (2007), é considerada como empresa informal aquela que não tem um sistema de contas

claramente separado das contas da família e emprega de uma até cinco pessoas, incluindo empregados e pequenos empregadores. Assim mesmo aquela empresa que possua CNPJ poderá ser considerada como informal se não possuir estes critérios de empresa formal. Exclui-se os trabalhadores autônomos e também os moradores rurais que exerçam atividades não-rurais como artesanato, confecção e etc.

2.1 Características da informalidade

O setor informal é caracterizado, segundo Cacciamali (1983), em primeiro lugar por ser o produtor direto quem possui o estoque de bens para realização de seu trabalho, além de ser ao mesmo tempo, patrão e empregado. Outra característica é o fato de o produtor ser o vendedor direto dos seus serviços ou mercadorias e, com isso, manter o sustento familiar. A manutenção da atividade econômica é realizada pelo fluxo de renda proporcionado pela atividade e não por uma taxa de retorno competitiva. Além disso, a atividade informal não possui vínculo impessoal, ou seja, aquele vínculo caracterizado meramente pelos mercados onde se atua.

Ainda segundo Cacciamali, em regiões mais atrasadas em relação à estrutura de produção capitalista existe um maior espaço de desenvolvimento de atividades por conta de trabalhadores autônomos em atividades dirigidas para bens de consumo. Já no caso de regiões mais desenvolvidas a produção informal se dirige a atividades mais diversificadas do setor terciário, com destaque para eletroeletrônicos, utilidades domésticas e brinquedos.

2.2. Fatores que levam à informalidade

Dentre os principais fatores econômicos que causam o crescimento da economia **informal** poder-se-ia mencionar o crescimento da carga tributária (impostos, taxas, contribuições sociais etc.), o aumento da regulação na economia oficial, especialmente do **mercado** de trabalho (redução forçada do tempo de trabalho, aposentadoria precoce etc.), o desemprego e a inflação. Os fatores de natureza sociológica e psicológica, como o declínio da percepção de justiça e lealdade para com as instituições públicas, a redução do índice de moralidade e a redução do índice de percepção da corrupção, atuam complementarmente aos fatores econômicos na medida em que diminuem o custo

de oportunidade da escolha dos indivíduos para atuar na informalidade (Ribeiro & Bugarin, 2000).

A crescente pressão do desemprego é outro fator determinante para a aceitação da informalidade. Se de um lado os empregados formais são despedidos em função da desindustrialização, globalização e do avanço tecnológico, do outro os empregados são admitidos informalmente, seja por pequenas empresas ou iniciativa da família (Singer, 2003).

Arbache (2003) ainda complementa que a presença do indivíduo na informalidade seria o resultado da opção de escolha decorrente, por exemplo, da flexibilidade das condições de trabalho no informal e dos elevados custos incidentes sobre a contratação formal. Se a informalidade resulta dos elevados custos, então a sua redução seria a medida fundamental para diminuir a pobreza e incluir milhões de trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Em Salvador - BA, um estudo feito por Braga (2005) mostra que a existência de uma mudança qualitativa da ocupação no setor informal, resulta da crescente dificuldade de inserção de parte relevante de trabalhadores, sem perspectivas de emprego. Observa-se que o alto custo e ônus fiscal envolvidos na manutenção de um negócio mais estruturado bem como a sua regularização, como a constituição jurídica, os registros contábeis sistemáticos, a licença para exercer a atividade etc. comprometeriam a viabilidade de grande parte das unidades produtivas.

2.3. Teoria do Desemprego

2.3.1. Teoria neoclássica

A teoria neoclássica do emprego se embasa por um lado no pressuposto da lei de Say, onde a oferta cria sua própria demanda e por outro, nas hipóteses de concorrência perfeita, plena flexibilidade de preços e salários e informação perfeita. A ideia central é de que o sistema econômico não admite desemprego involuntário. Isso é garantido pelos pressupostos anteriores, que conduzem o ajustamento quando houver desemprego, que por natureza é temporário, esporádico e parcial (desemprego friccional) ou sendo decorrente pelos trabalhadores se negarem a ofertar trabalho ao salário real de mercado (desemprego voluntário). O salário de equilíbrio é aquele que iguala oferta de trabalho à procura de trabalho. (Gráfico 1).

Já o *desemprego voluntário* seria reduzido segundo os neoclássicos, ou via redução da *desutilidade marginal do trabalho* (Keynes, 1982), onde para o mesmo nível de salário real, o trabalhador redistribuía suas preferências relativamente mais para o trabalho que para o lazer, ou via desregulamentação do mercado de trabalho e reformas flexíveis para a legislação trabalhista, permitindo maior flexibilidade dos salários nominais.

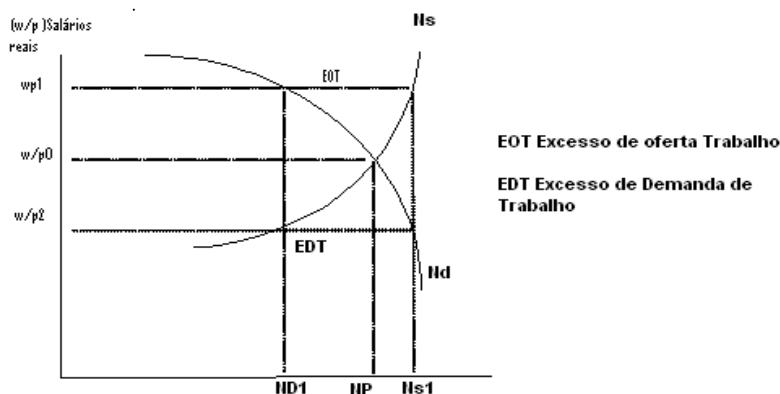


Gráfico 1. Equilíbrio Mercado

Fonte: Ocio (1995)

2.3.2. A Teoria Neoclássica e os Países em Desenvolvimento

A análise do mercado de trabalho neoclássico voltado para atender o caso dos países em desenvolvimento decorre dos desdobramentos da teoria de Lewis (*Apud Macêdo 1982*).

Ainda de acordo com Lewis, a associação entre um estoque de capital relativamente reduzido e uma oferta ilimitada de mão-de-obra iria resultar, pelas hipóteses clássicas, numa redução dos salários reais a níveis próximos de zero, para absorver o excedente de mão-de-obra.

Isso só não ocorreria porque, segundo o autor, existiriam setores não-capitalistas como a pequena produção agrícola familiar, ou o pequeno negócio familiar, cujos rendimentos estabeleceriam um mínimo para os salários dos empreendimentos capitalistas. Ou seja, o fato desses países não possuírem uma produção capitalista em toda a sua extensão, favorece formas alternativas de sobrevivência relativamente à venda de mão-de-obra assalariada, sujeitando a oferta de trabalho para o setor capitalista aos mínimos rendimentos percebidos no sistema não capitalista. Por isso, os salários reais não cairiam a níveis tão baixos, ainda que exista uma oferta muito grande de mão-de-obra.

2.3.3. Teoria keynesiana

A despeito das conclusões neoclássicas a respeito do pleno emprego, compatível com os desempregos friccional e voluntário, em meados de 1920, o forte e persistente desemprego na Inglaterra e seu alastramento por vários países da Europa, em conjunto com a quebra da Bolsa de Nova York, cujas proporções desnudavam a existência de desemprego involuntário, levaram à crise a teoria neoclássica. Do ponto de vista da economia real, a revelação da existência de desemprego involuntário ocorria simultaneamente à revelação da escassez de consumo relativamente à oferta, comprometendo as ideias de Say.

Para a falta de explicação sobre os dois fatos citados, autores da época procuravam explicações nas imperfeições de mercado através dos efeitos das instituições e do estado sobre o mercado de trabalho ocasionando a rigidez dos salários nominais.

Keynes critica a oferta de trabalho neoclássica, afirmando que os trabalhadores são muito mais motivados a ofertar trabalho em função dos salários nominais que pelos salários reais.

Dessa forma, os trabalhadores não reduziram sua oferta de trabalho se os salários reais reduzissem via aumento de preço se lhes mantivessem os salários nominais, o que ficou conhecido por “ilusão monetária”. Só aos poucos os trabalhadores perceberiam as deduções no seu poder de compra.

De acordo com Macedo (1994), as discussões sobre Keynes incidiram excessivamente, tanto por parte dos Novos clássicos, quanto pelos Neokeynesianos, nesse aspecto do mercado de trabalho. Entretanto, segundo o autor, mesmo supondo todas as hipóteses clássicas do mercado de trabalho, o pleno emprego continuaria um caso especial de funcionamento da economia, já que o principal argumento de Keynes vem do mercado do produto através da crítica à Lei de Say: o equilíbrio no mercado do produto ocorre, frequentemente, aquém do equilíbrio de pleno emprego no mercado de trabalho. A chave da questão encontra-se no fato da economia funcionar com capacidade ociosa (hipótese contrária ao pleno emprego clássico), já que a demanda efetiva se situa aquém do nível compatível com o pleno emprego dos fatores de produção.

Isso pode ser verificado no Gráfico 2, (ÓCIO, 1995) onde o nível de equilíbrio da renda (oferta se iguala à demanda efetiva) ocorre em Y_0 , e o nível de emprego correspondente no mercado de trabalho ocorre em N_0 , aquém, portanto, do nível potencial ou de pleno emprego. Ao nível de equilíbrio da renda Y_1 (ou nível potencial) é que se poderia empregar a toda mão-de-obra disponível, N^1 , alocando o Pleno Emprego. A outra questão, de natureza normativa, da teoria de Keynes, é como atingir esse equilíbrio.

Para Keynes, uma vez que a economia encontra-se estruturada e com capacidade ociosa (fatores de produção disponíveis para colocar em uso), o que pode desencadear um aumento da renda são incrementos na demanda efetiva que, no limite, provoca a mobilização de todos os fatores de produção. Portanto, se a demanda privada e a demanda externa, $C + I + (X - M)$ não mostram capacidade de fazê-lo, o governo deve intervir com suas políticas fiscal e, ou monetária para atender aos objetivos de Pleno Emprego da mão-de-obra.

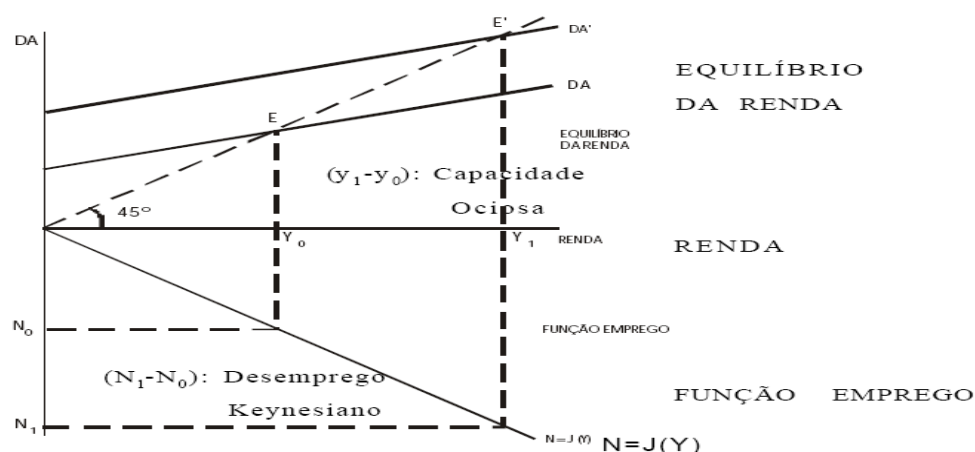


Gráfico 2. Equilíbrio da Renda

Fonte: Ocio (1995)

Assim, no início dos anos de 1930 Richard Kahn, aluno de Keynes, estava preocupado com o desemprego e citou a hipótese de eliminar o desemprego com políticas de obras públicas. A ideia consistia na contratação de trabalhadores para executar uma determinada obra, e com isso, o salário que os trabalhadores recebiam era destinado à compra de bens de consumo, que por sua vez, ampliavam a demanda da fabricação de bens de consumo. Com isso, eram ampliados os postos de trabalho devido à necessidade do aumento da produção.

Com base neste pressuposto, é visível que não seja preciso a contratação de todos os desempregados. Uma parcela apenas de novos empregos criados pelo governo

pode multiplicar o número de empregos na economia, gerando novos fluxos de renda e novos empregos. Mas como se sabe, a comunidade não gasta toda renda, direcionando uma parcela para a poupança, fazendo com que o *multiplicador de emprego* enfraqueça. A partir dessa idéia, Keynes estendeu esta hipótese a qualquer tipo de gastos, formulando assim o *Multiplicador do investimento ou dos gastos*⁴.

2.4. Abordagem Teórica: Desenvolvimento Sustentável e Mercado Informal

A abordagem teórica consiste das dimensões de sustentabilidade de Costa Neto e Anjos (2002), adaptado às condições urbanas. Por não se conhecer nenhuma literatura que procura correlacionar o desenvolvimento sustentável a economia informal, busca se aqui aplicar os princípios da sustentabilidade, principalmente os seus aspectos socioambientais, econômicos, culturais e políticos, para entender melhor as características gerais de como ocorre a geração das condições de subsistência dos trabalhadores informais de Paraíso.

Entretanto, a maioria da literatura pertinente a sustentabilidade em grupos comunitários encontra-se ligada ao meio rural, através da chamada sustentabilidade rural. Por isso, se faz, aqui, um esforço de adaptação desses conceitos à realidade dos trabalhadores informais no meio urbano.

Atualmente, quando se fala em políticas de desenvolvimento, primeiramente procura-se adequar este o tema s propostas de sustentabilidade. Segundo Costa Neto e Anjos (2002), o conceito de desenvolvimento sustentável tende a adequar como principal filosofia, o desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica.

No caso dos pequenos produtores, suas atividades visam o auto-sustento, grande parte, a partir de produtos primários que tem por características atividades que não se chocam com a necessidade de reprodução do meio ambiente.

Costa Neto e Anjo (2002) criticam as abordagens da sustentabilidade ecológica segundo o qual a sustentabilidade é afetada, essencialmente, pela forma como o ser humano manuseia a natureza em busca da produção material, vertente esta, defendida por parte importante dos estudiosos no assunto. Estes autores colocam, como causa essencial da sustentabilidade, fatores de ordem socioeconômica, sob premissa de que a

⁴ Ver Teoria Geral do emprego do juro e da moeda. John Maynard Keynes - São Paulo atlas, 1982.

agressão ao meio ambiente decorre de uma divisão social do trabalho que, na realização das atividades econômicas, colocam alguns setores em rota de colisão com o meio ambiente. A problemática ambiental tem como fundamentação, a lógica de acumulação de capital.

Neste trabalho, entende-se o meio ambiente como o conjunto formado pelo homem (trabalhadores informais) e o seu entorno (local de trabalho, local de residência e sociedade em redor). Eliminando a parte da discussão sobre sustentabilidade social que se direciona ao meio rural em Costa Neto e Anjos (2002), sobre as seguintes dimensões de sustentabilidade: a) Sustentabilidade socioambiental, que relaciona a situação do ambiente no entorno do indivíduo, especificamente o residencial, e suas características de saneamento básico e formas de deposição de lixo, à situação da sua saúde e seus possíveis riscos; b) Sustentabilidade socioeconômica, que busca compreender todas as formas de produção de renda do indivíduo e sua situação familiar; c) sustentabilidade sociopolítica, que tenta apreender todas as características de envolvimento dos indivíduos em entidades de defesa de interesse coletivos.

A sustentabilidade socioeconômica do indivíduo passa a contribuir para que os indivíduos mantenham um ambiente residencial sadio, e este ambiente possa, ao melhorar a qualidade de vida do indivíduo, com redução de riscos à saúde e um ambiente mais confortável, melhorar a sua disposição para produzir e a sua produtividade.

3. METODOLOGIA

A escolha da metodologia parte da constatação da existência de um excesso de oferta de trabalho, explicado através das principais teorias do mercado de trabalho, que tem sido amortecido pela sua conversão através do setor informal. É preciso pensar que a informalidade sustenta a mesma dinâmica de reprodução das condições capitalistas. A informalidade constitui o mercado e é regido por ele. Uma vez entendido a informalidade, busca-se, no trabalho, verificar se no caso de Paraíso-TO, o setor tem oferecido uma subsistência sustentada para seus integrantes, o que é feito pela abordagem do desenvolvimento sustentável.

3.1. Área de Estudo

A pesquisa de campo buscou aferir o estado de sustentabilidade dos trabalhadores informais de Paraíso – TO, localizada a 60 km da Capital do estado Palmas. A população do Município é de aproximadamente 50 mil habitantes.

O primeiro procedimento de campo foi à identificação do universo que se pretendeu estudar. Desta forma, foram selecionados todos os feirantes, ambulantes e prestadores de serviços situados na região central, num total de 81 (oitenta e um), foi possível fazer a coleta dos dados em 53 (cinquenta e três) amostras. (ver Quadro 1). Por não existir cadastro desses trabalhadores, procedeu-se ao trabalho de identificar todos os indivíduos nessas condições e, para efeito de mensuração do grau de heterogeneidade da variável principal (capacidade de viver adequadamente da atividade informal ou não).

3.2. Estratificação da Amostra

Sabendo que as características dos trabalhadores informais variam de acordo com o ramo de negócios, precede-se a uma classificação de atividades comerciais que advém de um resumo do SEBRAE (2003), adaptado ao setor informal. A cada ramo foi atribuído um peso em função do número de indivíduos que neles atuam em relação ao número total de trabalhadores informais. Por fim, foi distribuída a amostra para cada ramo, de acordo com a sua importância.

Quadro 1 - Quantificação da amostra por setores

SETORES	AMOSTRA
Produtos agropecuários	
• In Natura - Hortaliças, tubérculos e etc.	17
• Processado - Queijo, mel, etc.	4
• Grãos	2
Frios	4
Vestuário, calçados, diversos	2
Reciclagem	3
Serviços de Mecânica, concertos e borracharia	2
Eletrônicos, diversos	5
Artesanato	2
Serviços de alimentação	10
Outros	2
Total	53

Fonte: Dados da pesquisa.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

Nesta parte serão apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa. A maior parte dos trabalhadores informais que atuam na região pesquisada é do sexo masculino, compreendendo 77% do total, Além disso, a pesquisa mostra que o mercado é formado por pessoas com idade acima de 37 anos. Especificamente, cerca de 23% dos trabalhadores informais tem idade entre 37 e 46 anos, 11% entre 47 e 56 anos e 28%, com mais de 56 anos, constituindo na maior frequência de respostas, conforme se pode verificar no Gráfico 3.

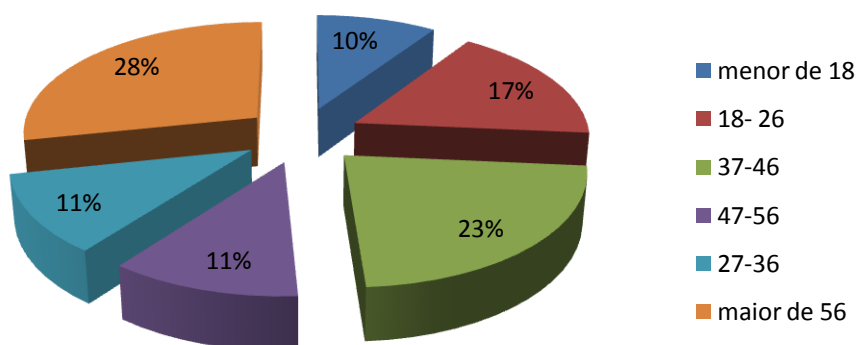


Gráfico 3. Composição por idade

Fonte: Dados obtidos a partir de questionário próprio

Em relação ao estado civil, foi possível observar que a grande maioria dos trabalhadores informais entrevistados é casada, constituindo 55% do total. No tocante ao número de dependentes dos trabalhadores informais, percebe-se que uma quantidade considerável (55%) tem mais de três. Apenas 15% não têm dependentes. Uma grande parte dos trabalhadores tem dependentes já na maioridade, com mais de 18 anos (41%), e, portanto em idade de trabalhar e ajudar a família, mas outra parte significativa (36%) tem dependentes ainda criança ou adolescente – com menos de 14 anos. 13% possuem crianças na idade pré-escolar.

Em se tratando do grau de escolaridade é possível observar que a maior parte dos trabalhadores apresenta nível abaixo do ensino médio sendo constituído por 79%, sendo este o nível escolar mínimo exigido por muitas empresas privadas atualmente

para contratação. O que se mais agrava é que perto da metade (45%) sequer completou o ensino fundamental e cerca de 22,7% é analfabeto ou só assina o nome. Apenas 4% frequentou ou possui um curso superior. (Gráfico 4).

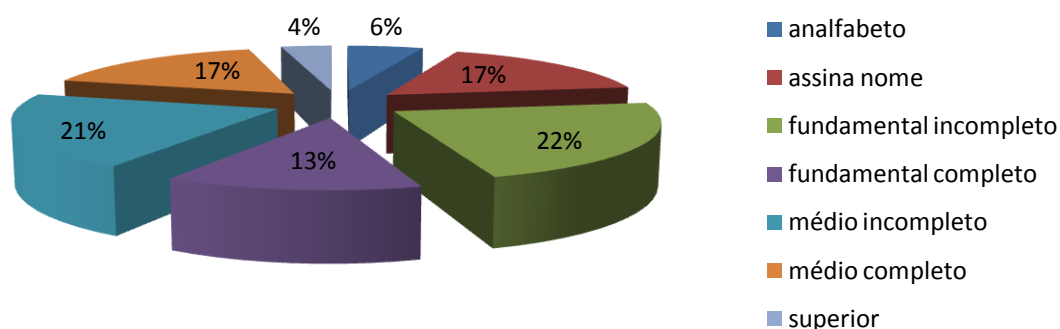


Gráfico 4. Grau de escolaridade

Fonte: dados obtidos a partir de questionário próprio

Quanto ao tempo de permanência na atividade informal, mostra que 28% dos entrevistados já está na atividade informal entre dois e cinco anos, 26% entre 6 e 10 anos e outros 26% há mais de 10 anos no mercado informal.

O Setor informal de Paraíso se constitui por trabalhadores com maior atuação no ramo de serviços alimentícios com 17%, seguido do setor de hortaliças (11%) e de frutas (11%). Em seguida aparecem os setores de produtos eletrônicos, frutas e outros produtos (in-natura ou processados) e peixes, todos com 8 % de representatividade. Os restantes setores aparecem com menor importância.

4.1. Dimensões de sustentabilidade na economia Informal

Quanto aos aspectos socioambientais no que se refere às condições de residência, os trabalhadores informais habitam em casas que possuem fossas sépticas. Não há ocorrências de fossas rudimentares. Quanto à forma de deposição de resíduos, pôde-se perceber que a coleta do lixo é realizada pelo serviço de limpeza (96%), sendo que uma pequena parte pratica outros métodos, como a queima ou o aterramento do lixo

O gráfico 5 mostra a mão-de-obra do setor informal por categoria de uso. Pode-se observar que 47% dos responsáveis pelos estabelecimentos informais utilizam,

exclusivamente, sua própria mão-de-obra, e outros 43% utilizam, também mão-de-obra de algum membro da família. Uma minoria (10%) contrata mão-de-obra assalariada. A média de trabalhadores por estabelecimento situa-se entre dois e três.

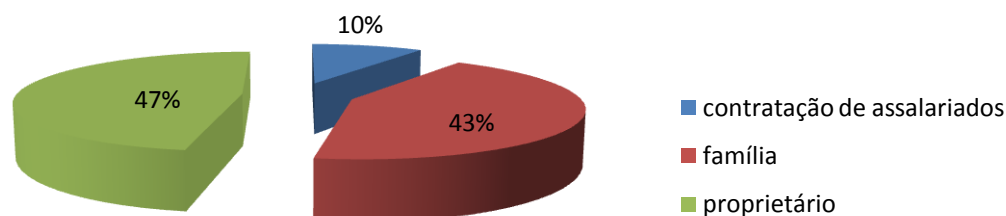


Gráfico 5. Composição dos trabalhadores por função no setor informal

Fonte: dados obtidos a partir de questionário

Com relação às principais dificuldades pertinentes à produção, mais de 25 trabalhadores (dos 53 entrevistados) responderam serem altos os custos para adquirir os produtos, e perto de 19 responderam ser a falta de qualquer tipo de apoio por parte do governo, além da cobrança de tributos, sobre a comercialização de peixe e hortifrutigranjeiros adquiridos de outros estados (Gráfico 6).

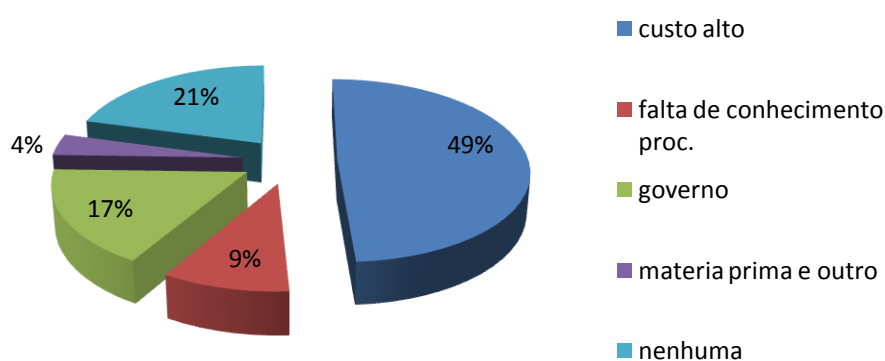


Gráfico 6. Dificuldade relativa à produção

Fonte: dados obtidos a partir de questionário

As dificuldades decorrentes da comercialização, ou seja, do processo específico de venda, os trabalhadores informais reclamam com maior frequência (cerca de 25%) da

ocorrência de preços demasiadamente baixos (relativamente aos custos). Outra dificuldade é o volume de vendas, considerado baixo por cerca de 13 trabalhadores. (Gráfico 7).

Um importante motivo para essas dificuldades, tanto na produção (aquisição), tanto no mercado (venda ou revenda), apontado por eles, é o elevado custo de transporte e de obtenção de matéria-prima.

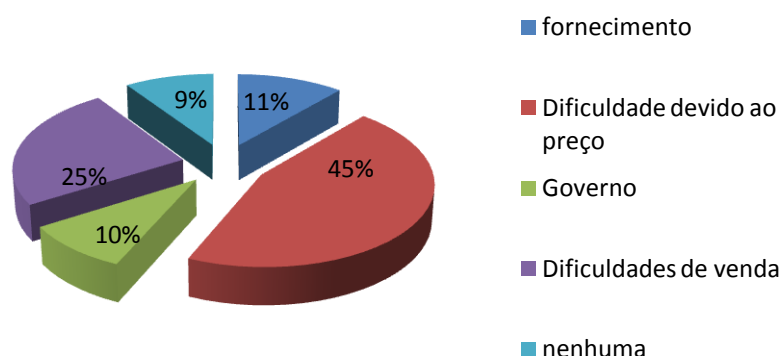


Gráfico 7 - Dificuldade relativa ao mercado

Fonte: dados obtidos a partir de questionário

Quanto à renda mensal auferida exclusivamente por setor de atividade informal, definida como o valor livre realizado, por setor, pôde-se perceber que a atividade que mais auferia renda é a de venda de frutas, com uma média de 8 salários. Entretanto, esse caso atípico se deve a um produtor de características especiais que, quando retirado da amostra, a média de renda do setor cai para 4,3 salários mínimos.

Outra atividade que se destaca na geração de renda é a venda de peixes, com 4,5 salários, seguida de serviços alimentícios, derivados do leite, produtores eletrônicos e diversos, com uma média de 3 salários. As atividades que proporcionam os menores rendimentos são as de mecânica e borracharia, venda de farinha, hortaliças, tubérculos e outros, com um ou menos salários mínimos.

Entretanto, nem toda a renda familiar dos trabalhadores pesquisados provém das atividades informais. Constata-se que mais da metade dos entrevistados exerce alguma outra atividade geradora de renda além do mercado informal (53%). Nessas atividades, 28% consegue auferir menos de um salário mínimo e 17% alcançam entre 1 e 2 salários.

Portanto, apenas uma pequena parte dos trabalhadores exerce esta atividade como complemento de renda.

Além das atividades produtivas que contribuem para a renda familiar (formal, informal ou qualquer outra atividade), uma parte da renda advém de transferências recebidas do governo e de aposentadorias. Assim a baixa produtividade proveniente da atividade informal, é compensada em 9% dos casos, com aposentadorias, e em 35% dos casos, com bolsas do governo a exemplo do PET (Programa de erradicação do trabalho Infantil) e outros apresentados (Gráfico 8).

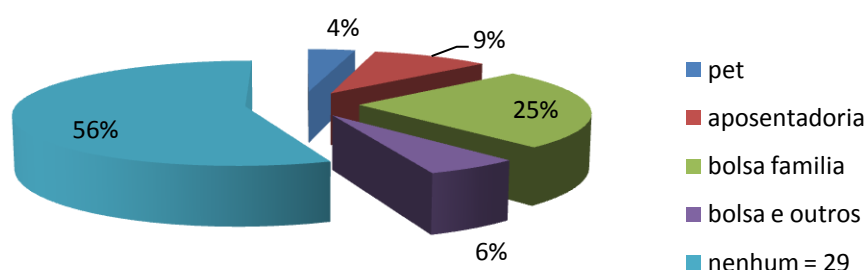


Gráfico 8. Demais remunerações da família proveniente do governo

Fonte: dados obtidos a partir de questionário

Relativamente ao mercado, constatou-se que a maioria dos trabalhadores (77%), não procura ou não obtiveram financiamentos por falta de credibilidade ou por opção.

4.2. Dimensão Sociopolítica

Quanto às formas de organização da classe demonstra que a grande maioria dos trabalhadores informais não participa de nenhum tipo de associação ou cooperativa, fato que revela que, no geral, as reivindicações ou formas de luta coletiva pela defesa dos interesses de classe são muito diminuídas. Dos 13% que participam de entidades representativas de classe, apenas 2 afirmam acreditar na possibilidade desse mecanismo melhorar efetivamente a situação deles.

Questionados sobre os principais problemas que, no geral, eles identificam na atividade com maior frequência (39%) responderam não identificar nenhum problema específico. Além desses, 20% apontam a falta de organização das atividades, do ponto de vista da gestão empresarial e coletiva (principalmente no caso da feira), nomeadamente dos problemas relacionados a higiene (14%) (apresentação adequada dos produtos e dos locais para recebimento do público

Por fim, questionados sobre possíveis ações que acreditam poder resolver parte dos seus problemas, a maior parte citam a necessidade de ampliar as suas dependências (35%), principalmente os feirantes. Outra solução considerada, também pelos feirantes, relevante, foi à necessidade de capacitação para a atividade de açougue, já que além de ser relativamente lucrativa, atrai uma quantidade maior de clientes que poderão fazer aquisições em outros setores. (Gráfico 9).

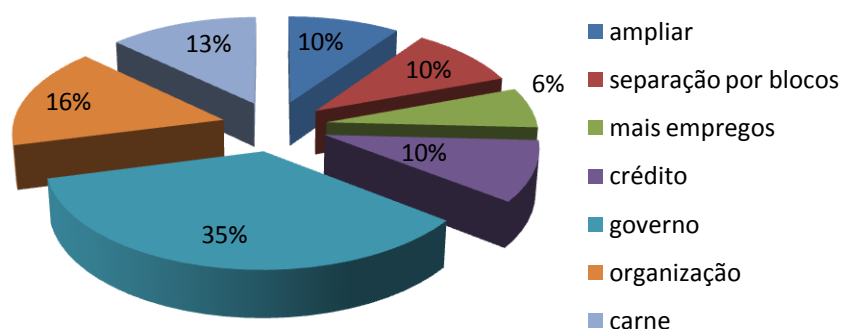


Gráfico 9. Principais Soluções

Fonte: dados obtidos a partir de questionário

4.3.Considerações sobre a Sustentabilidade dos Trabalhadores Informais

O perfil do trabalhador informal de Paraíso apresenta a maioria do sexo masculino e são adultos maduros, com mais de 37 anos, e com maior frequência (perto 40%), tem mais de 47 anos. Analisando o estado civil, constatou que mais da metade (55%) é casado e tem mais de três dependentes, sendo que mais de 40%, encontra-se na maioridade. Outros 36% têm dependentes ainda criança ou adolescente, com menos de 14 anos.

Já o nível de escolaridade é muito baixo, sendo que 23% é analfabeto ou só assina o nome. Outro fator interessante é que mais da metade dos trabalhadores está na atividade há mais de 5 anos (52%). Uma pequena parte (19%) atua há menos de 2 anos.

A grande parte dos trabalhadores encontra-se no setor de serviços alimentícios, mais o setor de hortaliças e frutas, também é importante. Considerando também que a maioria não é ambulante. Atua em estabelecimentos fixos, sendo grande parte (62%), na feira. Quanto às atividades mais rentáveis se destacam as frutas, peixes, serviços alimentícios, derivados do leite e eletrônicos por ordem decrescente. Com relação às rendas, de outras atividades, 53% possui esses tipos de rendas, sendo que 45% conseguem auferir até dois salários mínimos. Além dessas rendas citadas os trabalhadores informais possuem, ainda, outras fontes de rendas não derivadas de atividades produtivas (informal ou formal). Cerca de 35% reside de transferências do governo.

Quanto ao financiamento apenas 23%, já recorreram a crédito no mercado financeiro, a maioria na Caixa Econômica, Bradesco e Banco da Amazônia. Afirmaram que existe muita burocracia no Banco da Gente. Isso se explica pelo fato de alguns possuírem uma renda mensal que não adéqua aos critérios das políticas convencionais de microcrédito.

Quanto à participação de associações, a maioria 87% não pertence a entidades de representação de classe.

5. CONCLUSÃO

Através deste estudo foi possível levantar uma série de informações relativas ao estudo de desenvolvimento existente no mercado informal de Paraíso do Tocantins, que até então era pouco conhecido por alguns e totalmente desconhecidos para outros em termos bibliográficos.

Além de se estudar a importância do setor para as famílias que o compõe, foi possível perceber que dois motivos principais induzem os trabalhadores a optarem pela informalidade. O fato surge tanto pela falta de oportunidade de trabalho (incapacidade do setor formal de absorver o excesso de mão-de-obra) quanto também pela recusa explícita em participar do setor formal, onde ocorre uma relação custo-benefício a favor da informalidade.

Com relação às condições de subsistência desses trabalhadores, a dimensão socioambiental revelou condições de habitação adequadas incorrendo a riscos reduzidos em se tratando de saúde, podendo-se considerar como um ponto positivo do setor informal pesquisado.

A dimensão socioeconômica também demonstrou um fator positivo na análise, sendo capaz de oferecer, em alguns setores, condições de subsistências suficientes para sobreviver apenas com a renda gerada com a informalidade. Além disso, uma parte importante deles possui outras fontes de rendimentos, seja através de outras atividades, ou via transferência do governo em forma de auxílio. Mesmo assim, o setor informal demonstrou ser capaz de apresentar rendimentos maiores que o setor formal.

Já em se tratando de capacidade de organização de classe, o estudo demonstrou que o setor informal de Paraíso do Tocantins apresenta-se em condições precárias, explicado pela escassa participação por parte dos trabalhadores em associações as quais poderiam vir a favorecê-los. Com isso denota-se uma necessidade maior por parte dos trabalhadores na luta coletiva em função de seus interesses, contribuindo assim em favor da melhoria de suas condições econômicas com relação ao meio social, habitado pelos trabalhadores.

Apesar de serem problemas difíceis de contornar, já que é da natureza da informalidade a adoção de preços relativamente baixos, visto que se trata de um mercado com características competitivas sendo que o nicho de mercado é em geral, o popular. Por isso o que pode continuar a garantir e, até melhorar as condições de subsistência deles é a diversificação de fontes de renda, procurando não depender exclusivamente dos resultados do setor informal, como já faz a maioria.

Este artigo suscita algumas pesquisas futuras, que venham avançar as discussões no que tange à sustentabilidade e informalidade. Desta forma, estudo que aponte quais os limites da informalidade possa contribuir com o tema.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE Jorge Saba, **Pobreza E Mercados no Brasil** - São Paulo: Cepal, 2003.

BRAGA Thaiz Silveira, **A Controvérsia acerca do setor informal: formas de participação na produção e definição de políticas públicas** // Conjuntura e Planejamento. - Salvador: UFBA, 2005. - 132.

BUGARIN Ribeiro; SATAKA Roberto Name; MIRTA Noemi, **Fatores Determinantes e Evolução da Economia Informal no Brasil** - São Paulo: [s.n.], 2000.

CACCIAMALLI Maria Cristina, **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção** - São Paulo: [s.n.], 1983.

FEIGE E. L., **How big is the irregular economy? Challenge**, The Magazine of Economic Affairs - 1979. - Vol. 22.

HIRATA GUILHERME ISSAMU, **Economia Informal no Brasil Aspectos de Inserção: Permanência e Transição no Mercado de Trabalho Metropolitano**- Belo Horizonte, MG: UFMG, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Mercado de trabalho informal no Brasil**. São Paulo. IBGE, 2007.

MACEDO Roberto, **Os salários na Teoria Econômica** – Rio de Janeiro. IPEA/INPE, 1982.

OCIO Domingo Zurrón, **O Emprego na Teoria Econômica** - São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 1995.

PAES & SIQUEIRA Nelson Leitão, **Políticas de Redução da Informalidade no Brasil: Uma análise do sistema tributário e do Mercado de Crédito**. - Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

PERONE Gian Carlo, **Economía Informal, Trabajo sumergido y derecho del Trabajo**. - Maracaibo: Scielo, Agosto de 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESAS-SEBRAE. **Classificação das atividades Comerciais**. São Paulo: SEBRE, 2003.

SMITH P. **Assessing the of the underground economy: the Canadian statistical perspectives**. Canadian Economic Observer . - 1994. - Vol. 1994.

SOTO H. de, **O mistério do Capital** . - Rio de Janeiro : Record, 2001. - Vol. 1. Ed.

TANZI V. **The Underground economy in the United States: annual estimates, 1930 - 1980** - [s.l.]: IMF Staff Papers, 1983.